

Stéfane Mattos



Professor Vidal Serrano e professora Carla Longhi comemoram a escolha feita pela comunidade puquiãna; resultado ainda precisa ser endossado por D. Odilo

CONSULTA À COMUNIDADE VIDAL SERRANO É O ESCOLHIDO PARA A REITORIA DA PUC-SP

Mas resultado precisa passar pelo crivo de Dom Odilo Scherer

O professor Vidal Serrano, da Faculdade de Direito, junta-mente com a professora Carla Longhi, da Faculdade de Ciências Sociais, foram escolhidos pela comunidade puquiãna para a Reitoria da universidade no período 2024-2028.

O resultado ainda depende da aprovação de Dom Odilo Scherer, Grão Chanceler

da PUC-SP. A PUC-SP foi a pioneira, entre as particulares, a introduzir o processo direto de escolha de sua Reitoria. Mesmo permanecendo no estatuto a possibilidade de eleição de um nome diferente do escolhido pela comunidade, D. Paulo Evaristo sempre respeitou a vontade de professores, funcionários

e estudantes, o mesmo acontecendo com o seu sucessor D. Claudio Humes. A escrita foi quebrada em 2012, quando D. Odilo escolheu a professora Anna Maria Cintra, última colocada na votação comunitária. Mais uma vez, a expectativa dos segmentos da universidade é que sua vontade seja respeitada e o mais

votado, referendado pelo Grão-Chanceler.

Resultados finais

A Comissão Central Eleitoral apresentou os dados obtidos que revelaram um resultado final de 1136,20626 ponderados para a chapa Renova PUC, dos professores Vidal Serrano e Carla Longhi e 913,60054 para a chapa PUCSP- Nosso Tempo é Agora, dos professores Marcio Fonseca e Patrícia Penha.

A chapa Renova PUC venceu em todos os segmentos e o resultado final apresentou uma votação expressiva da comunidade, com a votação de 84,48% de professores habilitados, 61,37% de fun-

RESULTADO FINAL DA CONSULTA À COMUNIDADE

	PROFESSORES	FUNCIONÁRIOS	ESTUDANTES
CHAPA RENOVA PUC	493	325	3009
CHAPA PUC-SP NOSSO TEMPO É AGORA	430	257	2103
TOTAL PONDERADO			
CHAPA RENOVA PUC	1136,20626		
CHAPA NOSSO TEMPO É AGORA	913,60054		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

cionários e 41,35% de estudantes.

Encerrado o processo, o PUCviva ouviu os candidatos. O professor Vidal Serrano considerou uma eleição significativa na qual a comunidade entendeu a necessidade de uma renovação, mostrando uma universidade vibrante. Vidal cumprimentou os professores Márcio e Patrícia e ficará no aguardo da decisão do cardeal. Como primeiras medidas de sua gestão, Vidal pretende fomentar os cursos que estão com poucos alunos: “Deveremos ter um olhar significativo para os cursos de graduação que carecem de uma política de fortalecimento.”

O professor Márcio Fonseca viu o resultado, independente do vencedor, como um ganho para a PUC-SP pela reafirmação do modelo de universidade, um modelo democrático que prioriza a participação de professores, funcionários e estudantes. Para Márcio, o seu grupo de apoiadores seguirá firme na defesa de seus princípios e na concepção de uma universidade que contemple ensino, pesquisa e extensão para que ela volte a crescer.

Encaminhamentos futuros

Os números finais da consulta deverão ser encaminhados ao Conselho Universitário que homologará o resultado dos votos da comunidade. Esse resultado será encaminhado a D. Odilo Scherer, que dará a palavra final sobre o futuro reitor. No início da apuração, foi observado um minuto de silêncio em memória do professor Fábio Costa Couto Filho falecido na quinta-feira, 23/05. Veja matéria nesta edição.



Acima a sala 333 lotada acompanha o resultado da votação; no destaque o professor Márcio Fonseca comenta o resultado da Consulta



Principais propostas da chapa Renova PUC

O professor Vidal Serrano e a professora Carla Longhi, escolhidos pela comunidade da PUC-SP para a reitoria da universidade têm como princípios básicos de gestão “Uma PUC que reafirme seu caráter comunitário; recupere sua história de pluralidade; fortaleça seu perfil democrático e revigore sua excelência acadêmica, com o objetivo explícito de torná-la a melhor Universidade não pública da América Latina”.

Sua plataforma está embasada em três princípios Diálogo, Planejamento e Inovação. Para os professores a chapa eleita pretende, entre outras ações, “Reduzir a carga de trabalho burocrático a que os professores estão submetidos; defender melhores condições contratuais, considerando: acesso e progressão na carreira, encontrando soluções para enfrentar o represamento existente; correção

das desigualdades salariais; formulação de uma política transparente de encerramento de carreira; revisar o sistema de avaliação docente, valorizando também o ensino e a extensão e fortalecer a APROPUC como legítima interlocutora dos professores”.

As principais propostas para o seguimento estudantil são: “Enfrentar os problemas crônicos do Portal Acadêmico; diálogo e a transparência na definição de reajuste das mensalidades; viabilizar políticas de permanência para alunos bolsistas; apoiar os alunos na reestruturação do Diretório Central dos Estudantes; defender uma expansão do programa de alimentação dos estudantes;

Já para o corpo administrativo, os professores eleitos propõem: “uma política de valorização e reconhecimento; estabelecer um plano de isonomia salário/função;

garantir o acesso a direitos já estabelecidos para os funcionários da Fundasp, como a flexibilização do horário e um dia de home office; reformular a política de acesso à carreira; estabelecer uma política de treinamento específica para o quadro de funcionários; apoiar as reivindicações da categoria quanto ao acesso a duas refeições diárias durante o período de trabalho; fortalecer a AFA-PUC como legítima interlocutora dos funcionários.

O programa de gestão enfatiza ainda ações de inclusão para Pessoas com Deficiência (PCD), Comunidade LGBTQIAPN+, Mulheres, Grupos étnico-raciais historicamente minorizados e Bolsistas, Financiados e economicamente vulnerabilizados. O programa contempla ainda políticas específicas para a Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

O que esperamos da nova Reitoria eleita

Parabenizamos a nova reitoria democraticamente eleita e esperamos estabelecer uma interlocução aberta e transparente, mesmo com eventuais visões conflitantes, com o intuito de tratar das questões de diversas naturezas que há muito tempo dificultam o trabalho dos professores e as atividades da PUC-SP.

O **contrato de trabalho** dos professores é uma questão que afeta diretamente o trabalho docente. No passado, nosso contrato por tempo foi considerado referência na rede privada. Hoje, após a maximização imposta em 2006, a sobrecarga de trabalho compromete a excelência da Universidade. Na graduação, por exemplo, um professor assistente mestre ou doutor em tempo integral deve dar pelo menos 18 aulas e até 20 aulas, o que não raro se traduz em nove turmas com quase as várias disciplinas diferentes em muitos cursos. Em contratos de tempo parcial a porcentagem de aulas é ainda maior. Acrescente-se a isso orientações de TCC, Iniciação Científica, Estágios, Atividades Extensionistas além do tempo rotineiramente despendido em preparação de aulas, correção de trabalhos e atendimento a alunos. Na pós-graduação, a carga não é menos pesada. Sobra pouco para atividades de pesquisa e de extensão. A participação dos professores em órgãos de representação e o engajamento na vida universitária também ficam desestimulados. Hoje o contrato define apenas o número de aulas.

Gostaríamos que o contrato fosse novamente colocado em discussão de modo que pudesse contemplar a **extensão** e a **pesquisa** além do ensino, refletindo assim o tripé que define uma universidade.

Uma questão relativamente recente diz respeito a **isonomia salarial**. Professores novos contratados após 2006 e os que mudaram de categoria docente após essa data recebem salários bem mais reduzidos que seus pares para executar o mesmo

trabalho. Atos posteriores da FUNDASP como o 01/2023 e o 03/2024 reduziram ainda mais os vencimentos.

Este fato se constitui em uma afronta ao direito trabalhista de isonomia salarial, ou seja, salário igual para trabalho igual. É imperativo que esta situação anômala seja urgentemente equacionada.

A PUC-SP vem perdendo alunos sistematicamente, tanto por evasão como pela diminuição da procura, como resultado das **altas mensalidades**, sendo estas a principal fonte de recursos da PUC-SP. Sabemos que este modelo de financiamento da universidade pelas mensalidades há muito está esgotado. Não há como financiar uma universidade de qualidade apenas com as mensalidades, que estão excessivamente caras até para a classe média e inviável para a classe mais empobrecida. A perda de alunos tem tido como consequência o fechamento de cursos, turnos e turmas, afetando diretamente os professores que são obrigados a diminuir seus contratos e até correr o risco de serem demitidos por falta de aulas. Soluções e alternativas devem ser encontradas para reverter esse quadro.

Uma universidade se fundamenta na diversidade e pluralidade de visões e posições e na **suavidade livre expressão, manifestação e debate**. Uma Universidade também não pode estar alheia às questões e contradições de toda a sociedade. Por exemplo, temas como drogas, segurança, todos os tipos de discriminação estão em discussão em toda a sociedade e também nos meios acadêmicos. Esperamos que a liberdade de cátedra seja garantida bem como a liberdade de expressão e manifestação de todos os setores da PUC-SP.

Desejamos à nova reitoria uma boa gestão com democracia e autonomia.

Diretoria da APROPUC

Encontro reúne professores e estudantes das universidades católicas,

O Sinpro Campinas e Região realiza, nos dias 07 e 08 de junho, o Encontro Nacional de Professores e Estudantes das Universidades Católicas. O Encontro acontece presencialmente e terá transmissão on-line. O evento tem como objetivo “discutir o papel da universidade frente aos desafios educacionais na atualidade. Aspectos como a importância das humanidades e o sentido da democracia no ambiente acadêmico católico serão abordados pelos palestrantes convidados”.

Segundo a professora Conceição Fornasari, presidente do Sinpro-Campinas, o encontro será uma oportunidade rara de reunir a comunidade acadêmica em torno de um debate cada vez mais necessário no Brasil e no mundo: “É imprescindível garantir que a democracia não morra – e as instituições católicas podem contribuir com isso ao garantir espaço para lutas e reivin-

dicações no ambiente acadêmico, além de uma educação de excelência e a dignidade do trabalho docente”.

Além das palestras e debates, o evento deverá redigir uma carta coletiva sobre a situação das instituições católicas. Entre as palestras do encontro, destacam-se “O diferencial e a razão de ser de uma Universidade Católica”, com o Prof. Alípio Casali, da PUC-SP, 07/junho, 19h30 e “Há caminhos possíveis para o projeto democrático das universidades católicas diante da hegemonia de modelos ultra neoliberais?”, com a Prof.ª Madalena Guasco Peixoto, diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP, às 11h do dia 08/junho.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no endereço eletrônico <https://sinprocampinas.org.br/> . até o dia 30/05 A APROPUC-SP estará acompanhando e apoiando o encontro.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES E ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS

7 E 8 DE JUN

LOCAL: SINPRO CAMPINAS E REGIÃO
AV. PROFA. ANA MARIA SILVESTRE ADADE, 100, CAMPINAS (SP)

MODO HÍBRIDO (COM TRANSMISSÃO EM TEMPO REAL)

INSCRIÇÕES ATÉ 30/5
APONTE SEU CELULAR PARA O QR CODE

Mais informações: (19) 3256-5022

REALIZAÇÃO

SINPRO
Associação dos Professores
Campinas e Região

APROPUC
Associação dos Professores
de Campinas e Região

ces

Movimentos sociais repudiam violência policial contra protesto de estudantes em São Paulo

Na terça-feira, 21/05, estudantes que protestavam contra a votação das escolas cívico-militares na rede estadual e municipal de ensino de São Paulo foram violentamente reprimidos. Várias lideranças foram detidas pela PM que usou spray pimenta e aplicou golpes de mata-leão em jovens que protestavam, atingindo inclusive o deputado estadual Eduardo Suplicy, que acompanhava o ato.

As escolas cívico militares são instituições onde profissionais da educação são substituídos

por policiais militares. A Secretaria de Segurança Pública seria responsável pela administração e disciplina das escolas cívico militares, projeto bolsonarista que foi implantado durante o nefasto período neofascista do hoje inelegível Jair Bolsonaro.

O Sinpro-SP lançou nota contra as ações da PM e em defesa dos estudantes que “foram covardemente atacados e agredidos pela Polícia Militar de São Paulo, em mais uma demonstração da truculência e do autoritarismo do governo do Estado. Exigimos

a libertação imediata das e dos estudantes presos. E reforçamos nossa mais profunda convicção: escola não é lugar de doutrinação militar”.

A APEOESP também criticou a truculência da PM e reforçou sua posição contra a implantação das escolas cívico-militar. “Escola é espaço de liberdade, de pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, de diálogo, de trabalhar o conhecimento e não um local de imposições e rigidez destinadas a dominar, subjugar e impor. Educação pública, financiada com recursos pú-

blicos, deve assegurar formação sólida em condições de igualdade para todas e todos, ministrada por professores e professoras e não por militares”, diz a nota da associação. A APROPUC e a AFAPUC repudiam mais esse ataque à educação e à democracia perpetrado pelo governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas e seu secretário da Educação, o empresário Renato Feder, que desvirtuam o sentido fundamental da educação, impondo métodos militares para substituir o ensino democrático nas escolas paulistas.

Professores do ensino superior aprovam estado de greve

A assembleia virtual do Sinpro-SP, realizada na quinta-feira, 23/05, rejeitou a contraproposta patronal referente à campanha salarial de 2024. Os professores aprovaram em fevereiro um pacote econômico que previa reposição de 3,44% mais aumento real de 2%, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou abono de 24% (a ser pago até outubro), aumento da hora atividade de

5% para 10%, além de vale-alimentação e vale-refeição. Os patrões contrapropuseram somente a reposição da inflação e nada mais. O presidente do Sinpro-SP, Celso Napolitano, lembrou que o Acordo Coletivo de 2023 aprovou a duração das cláusulas sociais até 2025. Diante desse quadro de intransigência, os professores rejeitaram a proposta patronal e aprovaram o estado

de greve para os próximos meses. Uma nova assembleia está programada para o início de agosto quando a situação será reavaliada. Nesse período, o Sinpro-SP deverá realizar ampla mobilização nas instituições do ensino superior para informar os professores sobre a situação.

Eleição na PUC-SP

Ao final da assembleia, o professor Celso Napolitano,

na condição de ex-aluno da PUC-SP, saudou a universidade pelo exemplo de democracia que a comunidade expressou na consulta à comunidade. Celso lembrou que a PUC-SP é uma das poucas universidades a votarem para a escolha do reitor e expressou a sua expectativa de que D. Odilo Scherer referende o nome escolhido por professores, funcionários e estudantes.

Continuam as campanhas de solidariedade ao Rio Grande do Sul na PUC-SP

A PUC-SP entrou na corrente de auxílio ao Rio Grande do Sul. O CA. 22 de Agosto está recolhendo doações que serão encaminhadas aos atingidos pelas enchentes, enquanto a Pastoral se integrou à rede de solidariedade encabeçada pela PUC-RS.

Os funcionários Maykel, da direção de Campus e Gabriel da Educ também estão integrados na luta
Veja nesta página como doar.

SOS CHUVAS - RS



CASO NÃO CONSIGA AJUDAR COM MANTIMENTOS, ACEITAREMOS DOAÇÕES VIA PIX

COLABORE COM O QUE PUDER

PUC-SP SALA 325 (PONTO DE COLETA)

CAMPANHA SOLIDÁRIA RIO GRANDE DO SUL

Faça sua doação e salve vidas!

- Alimentos não perecíveis e água potável
- Ração para gatos e cachorros
- Produtos de limpeza e higiene pessoal

Toda a arrecadação será enviada gratuitamente pelos correios

@culturapuquiana

INFORMAÇÕES OU DÚVIDAS FALAR COM

MAYKEL DIREÇÃO DE CAMPUS

GABRIEL EDITORA EDUC

VAMOS AJUDAR!

Ajude as vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul!

Doe pela chave PIX: sousolidario@maristas.org.br

Realização:

PUCRS PASTORAL

PU

PUC-SP

PUC angels

Apoio:

Imagine. IDE

NAVI

AMIGOS

Funcionários já têm novo Acordo Interno de Trabalho

A diretoria AFAPUC, seguindo deliberação de sua assembleia, assinou, na quinta-feira, 16/05, os textos dos Acordos Internos de Trabalho dos campi de São Paulo e Sorocaba. O

Acordo Interno dos Trabalhadores do Hospital Santa Lucinda já está publicado no site da AFAPUC, enquanto o texto referente às cláusulas dos funcionários de São Paulo e da Facul-

dade de Ciências Médicas e da Saúde aguarda as assinaturas dos sindicatos para posterior publicação no site da AFAPUC.

Atendendo a solicitações de professores, reprodu-

zimos abaixo os parágrafos referentes à cláusula 38 (antiga 37) referente à Complementação Salarial por Acidente ou Doença que sofreram modificações.

Complementação Salarial por Acidente ou Doença

Como era no Acordo anterior

Parágrafo Sexto: Quando o INSS conceder o auxílio doença ou acidente com efeito retroativo, os professores deverão reembolsar a FUNDASP pelo valor correspondente ao benefício que foi pago durante o período anterior à data da concessão do benefício pelo órgão previdenciário.

Parágrafo Sétimo: Caso o pedido de deferimento do auxílio doença ou acidente seja indeferido pelo INSS, o professor deverá devolver à Fundasp a integralidade dos valores recebidos a título de complementação salarial.

Como ficou no Acordo 2024-2025

Parágrafo Quinto (inclusão): A complementação em relação ao 13º salário será calculada proporcionalmente ao benefício pago pela Previdência Social.

Parágrafo Sétimo: Quando o INSS conceder o auxílio doença ou acidente com efeito retroativo, os professores deverão reembolsar a FUNDASP pelo valor correspondente ao benefício que foi pago durante o período anterior à data da concessão do benefício pelo órgão previdenciário.

Parágrafo Oitavo: No caso de deferimento do benefício, não havendo devolução por parte do professor, nos termos previstos nesta Clausula para Benefícios deferidos pela Previdência Social-INSS, a FUNDASP poderá descontar os valores não devolvidos no limite de 30%, dos vencimentos líquidos do professor em folha de pagamento mensal, até que o valor devido seja quitado. Quando se tratar de rescisão do contrato de trabalho, o desconto será feito na integralidade do TRCT, não se limitando ao percentual de 30% aqui tratado.

Parágrafo Nono (inclusão): Em sendo indeferido o Benefício Previdenciário, devidamente informado ao SDH da FUNDASP no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com a comprovação de que o professor cumpriu todas as etapas estabelecidas pela Previdência Social devidamente acompanhados pela Medicina Ocupacional e pelo Serviço Social da FUNDASP, não se aplicará a regra de devolução dos valores antecipados.

Demais parágrafos não mencionados aqui não sofreram alteração

Licenciatura Letras Português-Inglês recebe nota máxima na avaliação do MEC

O curso de Letras Português-Inglês - Licenciatura recebeu a nota máxima (5) na avaliação do MEC-INEP para o seu reconhecimento. Essa nota será a base para o processo de reconhecimento do curso, que formará a sua primeira turma este ano.

O professora Suely Marquesi, coordenadora do curso, informou ao PUCviva que o MEC-INEP observou para a sua avaliação três fundamentos básicos, projeto pedagógico, infra-estrutura e corpo docente. Nas três categorias o curso obteve a nota máxima.

Os cursos de Letras são peças fundamentais para a vida da PUC-SP, pois estão presentes na universidade desde sua fundação.

O projeto do curso tem um caráter inovador, segundo a professora Suely, com unidades curriculares modernas

que integram o conhecimento das línguas e literatura com a prática educacional. O currículo, operando com projetos integrados, propiciam ao aluno flexibilidade e interdisciplinaridade, preparando-o desde o início para o Trabalho de Conclusão de Curso.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Jason T. Borba, Pedro Henrique Carneiro, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

FALA COMUNIDADE

A falácia dos 103% de encargos sociais no Brasil

Milton dos Santos

Periodicamente, a grande imprensa brasileira publica matérias chamando a atenção para a enormidade dos encargos sociais sobre os salários no Brasil.

Recentemente, o jornal O Estado de S. Paulo publicou mais uma destas matérias cujo título afirmava que “empresas pagam em encargos mais de 100% do valor dos salários no Brasil”. A matéria utilizou como referência um estudo desenvolvido pelo professor da USP e pesquisador da FIPE José Pastore. Segundo tal estudo, diz a matéria, “o custo chega a 103,7% das remunerações”. Entretanto, uma análise um pouco mais atenta da matéria permite perceber o quanto tais afirmações são falaciosas e tendenciosas.

Embora o título da matéria refira-se aos encargos sociais “no Brasil”, a tabela de cálculos do estudo apresentada refere-se à “Indústria” e não ao Brasil, embora o texto explicativo da tabela, tendenciosamente, generalize e afirme que “toda empresa passa a pagar” os encargos sociais e benefícios previsto em lei, conforme mostrado.

Os cálculos apresentados para justificar o percentual de encargos levam em consideração a situação de um trabalhador horista, ou seja, que recebe sua remuneração por hora de trabalho. Tal formato de remuneração é aplicado predominantemente na indústria e mais especificamente para os trabalhadores

na produção. Os demais empregados, como pessoal de supervisão, chefia, engenharia, administração, finanças, vendas, marketing, recursos humanos etc. normalmente recebem salários em base mensal, o que altera a forma de apurar os encargos, não fazendo sentido considerar itens como DSR e feriados nos cálculos dos encargos.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) referentes ao primeiro trimestre deste ano e divulgados em abril, a massa salarial do segmento de indústria geral representa 13,1% do total do Brasil. Acrescente-se que, em muitas indústrias, principalmente as de pequeno e médio portes, os salários do pessoal de produção são pagos em base mensal, reduzindo ainda mais a parcela dos trabalhadores que recebem por hora.

Ou seja, os cálculos apresentados referem-se a uma parcela pequena dos trabalhadores no Brasil e não representam a situação do país como um todo, sendo falacioso afirmar que os encargos que se aplicam à indústria representam a situação do Brasil.

Analisando os cálculos em si, também é possível fazer algumas observações, tais como o percentual de DSR representar 14,2%, e não 18,9% como está na tabela apresentada, ou o 13º salário representar 8,3% e não 10,9%. Mas, a questão dos cálculos é periférica na discussão maior sobre os encargos sociais.

Os encargos sociais sobre a folha de pagamento no Brasil têm basicamente dois destinos: o próprio trabalhador, como nos casos de férias, adicional de férias, FGTS, 13º salário, DSR etc., e o governo, para custeio do sistema de previdência e assistência social e acidentes do trabalho. Há uma terceira parcela, um pouco menor mas nada desprezível, chamada de Sistema “S”, em que as empresas contribuem para o custeio das atividades de organizações como SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SEBRAE, IEL etc., cujos recursos, recolhidos compulsoriamente, são geridos privadamente (e servem, em alguns momentos, para custear aventuras políticas de alguns dos dirigentes destas organizações). O Brasil é um dos países com maior índice de desigualdade no mundo em termos de distribuição de renda, medida pelo índice Gini. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em maio de 2023, que disponibiliza coeficientes de Gini calculados com os dados mais recentes dos cerca de 200 países e territórios do mundo entre 2010 e 2021, o Brasil ocupa a 14ª posição entre os países mais desiguais, ao lado do Gabão. De acordo com dados do IBGE de maio de 2022, a parcela de 1% dos brasileiros mais ricos ganha uma renda média mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais

pobre da população do País. Enfatizando: 1% da população ganha 32,5 vezes mais do que 50%!!

Diferentemente das alegações recorrentes de empresários, rentistas, políticos e fariam limers, reduzir os encargos sociais sobre a folha de pagamento no Brasil não irá aumentar a geração de empregos nem reduzir os preços dos produtos. Irá, sim, reduzir as já minguadas fontes de financiamento público da seguridade e assistência sociais que atendem basicamente à população de menor renda e precarizar ainda mais a renda e as condições de trabalho da imensa maioria dos brasileiros trabalhadores. Além de contribuir, claro, para aumentar o lucro das empresas, que o distribuem para seus acionistas sem pagar imposto.

A suposta elevada carga de encargos sociais sobre a folha de pagamento no Brasil nada mais é do que a contrapartida da baixa tributação sobre as rendas da minoria mais abastada da sociedade. Matérias como esta do Estado, publicadas num contexto em que se discute a (des) oneração da folha de pagamento, servem somente para atender a uma agenda oculta de interesses econômicos e políticos que controlam os meios de comunicação, levando leitores menos atentos e menos críticos a formar juízos que, via de regra, não são os melhores para o País.

Milton dos Santos é professor do Departamento de Administração da PUC-SP

FÁBIO COSTA COUTO FILHO

Faleceu na quinta-feira, 23/05, o professor da Faculdade de Direito Fábio Costa Couto Filho. Advogado, Mestre e Doutor em Direito era associado à APROPUC. Fábio foi uma figura marcante na campanha do professor Vidal Serrano, comparecendo às atividades da chapa Renova PUC, inclu-

sive na reunião realizada na sede da APROPUC, no dia 15/05.

A chapa Renova PUC publicou mensagem no Instagram onde define o professor e sua participação no processo eleitoral: “Nesta campanha, Fábio foi nosso militante mais aguerrido. Foi dele e de sua companheira, aliás, a ideia dessa candidatura, há quase 2 anos. (...) Estamos



Na foto acima o professor Fábio ao lado dos candidatos Vidal Serrano e Carla Longhi, durante reunião na sede da APROPUC; no destaque, durante a visita ao campus Sorocaba, o professor abraça uma criança abandonada.



desolados e pedimos a todos e todas que entendam que, neste momento de profunda tristeza, estaremos mobilizados para ajudar a família pela perda de um querido amigo, pai e pro-

fessor. Temos certeza de que toda nossa comunidade puquiense irá se juntar em orações e em memória de nosso amigo querido, Fábio Costa Couto Filho”.

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

APROPUC  **AFAPUC**

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao

FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>